



CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

EMENDA MODIFICATIVA Nº 274/2025

Modificativa ao § 1º do art. 164 do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/2025.

A Comissão de Obras, Serviços Públicos, Meio Ambiente e Outras Atividades, por intermédio de seu Relator - Vereador Carlos Tatto, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e de acordo com o disposto no art. 139 do Regimento Interno, apresenta **EMENDA MODIFICATIVA ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/2025 de autoria do Chefe do Poder Executivo**, que dispõe sobre a Revisão do Plano Diretor do Município de Embu-Guaçu, passando a constar:

Art. 1º O § 1º do art. 164 do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 164 – (...)

§ 1º *Lei específica disciplinará instrumentos de prevenção a remoções forçadas, de contenção da especulação imobiliária e de prioridade de reassentamento da população originalmente residente nas áreas requalificadas, observando o direito à moradia em local digno, o respeito aos laços comunitários e a não regressividade dos direitos adquiridos.”*

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 013/2025 de autoria do Chefe do Poder Executivo.

Câmara Municipal de Embu-Guaçu, 11 de dezembro de 2025.

Carlos Tatto
Vereador - PT



CÂMARA MUNICIPAL DE EMBU-GUAÇU

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

JUSTIFICATIVA:

O art. 164 trata da regularização e requalificação de áreas ocupadas, já trazendo como foco a **permanência da população local** e a prevenção da **gentrificação**. O § 1º é o dispositivo onde o Plano Diretor indica qual deverá ser o conteúdo mínimo da futura lei específica sobre o tema – por isso merece um aprimoramento conceitual.

A nova redação:

- Mantém os três eixos centrais já previstos no texto original:
 - **prevenção a remoções forçadas;**
 - **contenção da especulação imobiliária;**
 - **prioridade de reassentamento da população originalmente residente nas áreas requalificadas;**
- Acrescenta de forma explícita três garantias fundamentais, em linha com o direito à moradia adequada e com o Estatuto da Cidade:
 - **direito à moradia em local digno**, evitando reassentamentos em áreas sem infraestrutura ou em condições inferiores às anteriores;
 - **respeito aos laços comunitários**, reconhecendo que vínculos de vizinhança, redes de apoio e relações de trabalho são parte do direito à cidade;
 - **princípio da não regressividade dos direitos adquiridos**, para impedir que processos de requalificação urbana resultem em perda de direitos habitacionais já consolidados.

Com isso, o § 1º deixa de ser apenas um comando genérico e passa a orientar, de forma mais precisa, a futura lei específica, garantindo que a regularização e os projetos de requalificação não sejam utilizados como pretexto para expulsão de moradores ou para aprofundar desigualdades, mas sim para **efetivar o direito à moradia digna com justiça socioespacial**.

A emenda tem natureza principiológica e procedimental, não cria despesa obrigatória nova, mas reforça a proteção jurídica das comunidades afetadas por intervenções urbanas no Município.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 858F-FC56-426D-BB61

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CARLOS TATTO (CPF 358.XXX.XXX-05) em 10/12/2025 15:00:08 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: AC SyngularID Multipla << AC SyngularID << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cmembuguacu.1doc.com.br/verificacao/858F-FC56-426D-BB61>